

CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Autora: Cristiane de Fatima Costa Freire; Co-autora: Francileide Batista de Almeida Vieira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: crisnenem8@hotmail.com. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: leidaalmeid@hotmail.com

RESUMO

Nos anos finais do século XX, a educação especial foi redimensionada em consonância com as políticas educacionais inclusivas, que orientam a educação de todas as pessoas nas escolas regulares. Nesse contexto, foram criadas as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) dentro das escolas regulares, onde deve ser oferecido o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A presente pesquisa surgiu de questionamentos relacionados à oferta do AEE, que culminaram nos objetivos que a nortearam. Neste trabalho são apresentados resultados referentes a um dos objetivos específicos traçados, que foi: analisar as contribuições do AEE para a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos público alvo da educação especial e para a efetivação da inclusão escolar. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede municipal de Pau dos Ferros/RN, envolvendo três professoras: uma que atua no SRM e duas que atuam em turmas de 5º ano do ensino fundamental nas quais estudam alunos que recebem o AEE. Foi utilizada a abordagem qualitativa do tipo etnográfico. Fundamentamos o nosso estudo, principalmente em Mantoan (2003), Mittler (2003), Ropoli (2010), dentre outros. As análises nos levaram a constatar que o AEE é ofertado a alunos com dificuldades de aprendizagem ou transtornos, cujas características diferem daquelas definidas pelos documentos nacionais. Foi evidenciado que o AEE traz contribuições para o desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, mas ainda se faz necessário uma ampliação desse serviço, bem como um trabalho coletivo de todos os educadores para que traga contribuições mais expressivas para a efetivação da educação inclusiva na instituição.

Palavras-chave: Atendimento educacional especializado. Inclusão Escolar. Sala de Recursos Multifuncionais.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar pressupõe um novo paradigma, pois pressupõe a ruptura com o atual modelo educacional, para que o ensino se adeque às especificidades do aluno com deficiência e/ou com outra necessidade educacional especial, de forma que ele possa ser incluído, com condições de ter aprendizagem, na sala de aula regular. Nessa perspectiva, Mittler (2003, p. 25) relata que o “[...] conceito de inclusão envolve um repensar radical da política e da prática e reflete um jeito de pensar fundamentalmente diferente sobre as origens da aprendizagem e as dificuldades de comportamento”. O autor ainda sugere que, atualmente,

o objetivo maior da educação inclusiva encontra-se no coração da política educacional e social.

Dessa forma, ressaltamos que a inclusão tem a ver com mudança e acreditamos que tanto a inclusão quanto a mudança são inevitáveis. Nesse sentido, Ropoli (2010) nos diz que a educação inclusiva supõe uma escola que não exclua aqueles alunos que não atendam ao perfil idealizado por ela. Concordamos com essa afirmação, pois essa é a mudança que se espera: a construção de uma escola para todos e a oferta de um ensino que atenda à diversidade humana.

Dentre as mudanças decorrentes das políticas educacionais inclusivas, destaca-se a nova configuração da educação especial, como modalidade de ensino definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9394/96 (BRASIL, 1996). De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL 2008) a educação especial, que historicamente foi organizada de modo substitutivo à escolarização comum, deve agora integrar a proposta pedagógica da escola regular, garantindo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Dessa forma, com os alunos que apresentam tais características e outras que gerem algum transtorno específico no processo de escolarização, a educação especial deve atuar de maneira articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. No contexto da educação inclusiva, a educação especial é ofertada em Salas de Recursos Multifuncionais – SRM, por meio do Atendimento Educacional Especializado – AEE, que deve identificar e desenvolver ações com a utilização de recursos pedagógicos para proporcionar a acessibilidade e eliminar as barreiras que impedem a efetiva participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Inserida nessa discussão, nosso objeto de pesquisa diz respeito ao trabalho desenvolvido por meio da modalidade de Educação Especial, que se efetiva através das SRM, bem como o seu papel no processo de inclusão de alunos que integram o público alvo dessa modalidade no ensino regular, atentando de forma especial para o ensino como elemento constitutivo do processo de inclusão escolar desses alunos.

Partindo desses apontamentos e das experiências educacionais vivenciadas como professora da educação básica, surgiram inquietações que se materializaram na questão central, que deu origem a esse estudo: **Como são desenvolvidas as atividades de ensino no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em**

uma escola pública de Pau dos Ferros e como estas se relacionam com o processo de inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial? Pensando nessa perspectiva, o trabalho do profissional na referida sala torna-se imprescindível, vindo daí a necessidade de preparar pessoas realmente capacitadas para atender as necessidades existentes em cada instituição de ensino e desenvolver um trabalho de qualidade no atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais.

A partir das questões de pesquisa, definimos como **objetivo geral**: analisar como são desenvolvidas as atividades de ensino no AEE em uma escola pública de Pau dos Ferros, e como estas se relacionam com o processo de inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial. Também foram traçados alguns objetivos específicos, sendo que neste trabalho serão abordados os resultados do seguinte objetivo específico: analisar as contribuições do AEE para a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos público alvo da educação especial e para a efetivação da inclusão escolar.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A nossa pesquisa se inscreve na abordagem qualitativa, por se tratar de um caminho no qual o pesquisador se permite analisar os sujeitos pesquisados de forma a compreendê-los com a maior profundidade possível. A pesquisa qualitativa se configura através do contato direto do pesquisador e a situação que está sendo investigada. Segundo Bogdan & Biklen (1994, p. 47) na “[...] investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal”. Esses autores afirmam que “[...] os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 48).

O interesse em conhecer a problemática humana necessita de um método e esse determina a melhor forma para se atingir o objeto a ser estudado. O método é amparado por uma filosofia ou corpo de conhecimentos que garantem a ele e ao produto final de sua procura, um “rigor científico”, avalizando, assim, uma maior consistência ou confiabilidade aos resultados finais.

Nessa direção, Ludke e André (1986, p. 15), tomando por base Stubbs e Delamont, dizem que “a natureza dos problemas é que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado”. As autoras dizem, ainda, que “geralmente o pesquisador desenvolve a sua investigação passando

por três etapas: exploração, decisão e descoberta”. Informamos, ainda, que, dentre os tipos de pesquisa qualitativa, inscrevemos a nossa investigação como sendo uma pesquisa do tipo etnográfico, que vem na contemporaneidade trazer muitos contributos para as pesquisas no campo educacional. Segundo André (2012, p. 27):

A etnografia é um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. Etimologicamente etnografia significa “descrição cultural”. Para os antropólogos, o termo tem dois sentidos: (1) um conjunto de técnicas que eles usam para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social; e (2) um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas.

A preocupação principal dos estudiosos do campo educacional é unicamente com o processo educativo, onde o pesquisador realizará estudos do tipo etnográfico e não etnografia no seu real sentido (ANDRÉ, 2012), ou seja, uma investigação com procedimentos semelhantes àqueles utilizados na pesquisa etnográfica, tais como a observação e a entrevista aberta.

Por esse viés, o nosso estudo busca analisar a prática pedagógica dos professores que atuam no (AEE) e os professores da sala de aula regular, tendo como foco a inclusão dos alunos que constituem o público alvo da educação especial, o que justifica a nossa opção pelo estudo etnográfico, pois essa abordagem congrega uma característica importante de pesquisa que é “[...] a ênfase no processo, naquilo que está ocorrendo e não no produto ou nos resultados finais” (ANDRÉ, 2012, p. 29).

A nossa pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede municipal da cidade de Pau dos Ferros/RN, escolhida por ser uma das primeiras a iniciar o trabalho com o AEE, que se deu no ano de 2011, oferecido na SRM, implantada desde 2008.

Participaram de nossa pesquisa três profissionais que trabalham na escola selecionada para ser o nosso campo de investigação, assim distribuídos: uma a professora atuante na SRM e as outras duas que desenvolvem a docência numa turma de 5º ano do Ensino Fundamental. Essas são as nossas principais colaboradoras, que serão melhor caracterizadas no Quadro 01, tendo seus nomes representados por pseudônimos.

No desenvolvimento deste estudo, utilizamos registros e anotações decorrentes de observações, realizadas na SRM. Também realizamos a **análise de documentos**, principalmente dos Planos de aula. Por último, realizamos a **entrevista semiestruturada**, com a professora que atua no AEE e duas outras que atuam na sala regular de ensino, como

estratégia para a interação entre os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Quadro 01: Participantes da pesquisa.

Participante	Função que exerce	Turno de trabalho	Formação
Maria	Professora do AEE	Vespertino	Graduação em Pedagogia/ Especialização em Psicopedagogia e em Educação Especial com foco no AEE
Carla	Professora da sala regular	Vespertino	Graduação em Pedagogia/ Especialização em Psicopedagogia
Joana	Professora da sala regular	Vespertino	Graduação em Pedagogia/ Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica

Fonte: Pesquisa direta.

Conforme podemos perceber, os sujeitos da nossa investigação são três profissionais especializados na área de Psicopedagogia, tanto a que atua na sala do AEE, como as que atuam na sala regular de ensino, valendo ressaltar que a professora do AEE possui vasta experiência na área, pois atua há bastante tempo nessa modalidade de ensino. A referida professora foi também uma das pioneiras na implantação das propostas de educação inclusiva no município de Pau dos Ferros. Outra observação pertinente é que todas as colaboradoras são graduadas em Pedagogia, que é um requisito legal para atuação nos anos iniciais do ensino fundamental.

Um aspecto que consideramos necessário ressaltar, em relação ao quadro 01, é o do AEE não ser ofertado no contraturno. Apesar de ser oferecido nos turnos matutino e vespertino, os alunos participam dele no mesmo turno em que estudam nas classes regulares. Em alguns momentos da pesquisa indagamos às professoras da sala regular, de modo informal, como elas viam o trabalho desenvolvido no AEE e se esse trabalho influenciava de forma positiva para a inclusão do aluno atendido. Nesse sentido, elas destacaram como uma das principais lacunas do AEE a sua oferta no mesmo turno. Isso faz com que os alunos que recebem esse atendimento precisem se ausentar da sala regular, conforme o cronograma do AEE. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), e com a Resolução nº 04/2009 (BRASIL, 2009), o AEE deve ser ofertado no contraturno.

Assim, o cenário para a nossa pesquisa não atende à orientação legal, pois segundo depoimentos das professoras entrevistadas e com base na nossa observação, os alunos atendidos são retirados da sala de aula regular, para a

SRM, e o que deveria acontecer era que eles frequentassem a referida sala no contraturno. Porém, esse aspecto é justificado no Projeto Político Pedagógico da Escola, por considerar alguns casos específicos de alunos, que, por falta de condições materiais, não podem ir à escola em outro horário.

Assim sendo, são atendidos em pequenos grupos ou individualmente, durante uma hora, dois dias por semana. Esse aspecto poderia ter se constituído como impedimento para a realização da pesquisa nesse campo, já que não se ajusta às orientações legais, mas optamos por continuar em virtude de entendermos que precisamos desvelar os contextos educacionais com a realidade que eles apresentam, mesmo em discrepância com o que se considera como ideal.

No que diz respeito à formação, as mesmas orientações legais citadas anteriormente, exigem-se que, para atuar no AEE, o professor deve ter uma formação inicial para a docência e uma formação especializada para a educação especial. Tais critérios são atendidos pela professora, pois é pedagoga e possui, além da especialização em Psicopedagogia, duas especializações em Educação Especial com foco no AEE, realizadas a distância pela Universidade Federal de Santa Maria/RS.

A referida professora atua no AEE desde o ano de 2006, possuindo, assim, uma vasta experiência na área, o que pudemos comprovar em nossas observações ao vê-la relacionar-se tão bem com os alunos atendidos e conduzir o seu trabalho de forma a tentar fazer com que esse aluno tenha uma evolução no processo de ensino e aprendizagem e possa ser incluído na sala de aula comum. Ela relatou, durante as observações, que além das especializações, participou de vários outros cursos de formação e capacitação para esse fim, alguns dos quais foram promovidos pela Secretaria Estadual de Educação do RN (SEEC/RN), além de outros que ela mesma buscou no ensino a distância. Porém, ela relata ainda, que esses cursos foram realizados a mais de 10 anos, e por essa razão, já sente a necessidade de uma atenção maior com relação a esse serviço por parte dos órgãos competentes.

Ainda em relação à formação continuada para o professor que atua no AEE, consta que a nossa colaboradora é quem, com o auxílio da Secretaria Municipal de Educação do Município de Pau dos Ferros, promove encontros e estudos com os demais professores de outras salas de recursos multifuncionais que compõem o quadro do município. Recentemente ela está com um grupo formado para estudos, que acontecem uma vez por semana, no período da noite. Feita essa abordagem metodológica, passaremos a apresentar os resultados

relacionados ao objetivo específico já anunciado na introdução deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, apresentaremos informações que respondem ao objetivo pelo qual nos propusemos a analisar as contribuições do AEE para a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos público alvo da educação especial e para a efetivação da inclusão escolar. Iniciaremos, portanto, pontuando a fala da professora da SRM, quando relata a respeito dos atendimentos oferecidos na SRM e como esses atendimentos se relacionam ou são orientados pelos documentos que norteiam a modalidade de educação especial, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), atualmente em vigor.

A gente tem procurado seguir esses documentos que foram elaborados a partir da política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, e a resolução que orienta o atendimento especializado, que é a resolução N° 4 do MEC; também a resolução N° 3 do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, que orienta para o atendimento a alunos com transtornos funcionais específicos. E todo o trabalho é pautado nesses documentos a partir da política nacional e dos documentos que vêm orientando todo o trabalho de AEE, tanto no nível nacional como, também, no estadual [...] (Maria, 2017).

Com relação à contribuição do AEE para inclusão escolar dos alunos que participam desse atendimento na SRM, a mesma professora afirma que:

[...] o AEE tem contribuído, sim, para a aprendizagem e inclusão dos alunos. Nós fazemos um trabalho aqui no sentido de que esse aluno possa ser incluído no ensino comum, porque não é no aee que ele vai ser incluído, a inclusão acontece no ensino comum. Aqui ele tem o apoio, um auxílio, alguns recursos para que ele possa ser incluído na sala comum (Maria, 2017).

Nas falas da professora fica evidente que ela entende haver uma contribuição do trabalho feito na SRM para inclusão do aluno na classe regular. Segundo Ropoli (2010), o projeto político pedagógico e o comprometimento e participação do professor é que garantem a execução desse projeto. Quanto a isso, pudemos observar que a professora é bem comprometida com o seu trabalho, pois sentíamos no seu falar que existe uma dimensão afetiva com o seu fazer pedagógico. Por várias vezes, ela deixa claro que sempre procura subsídios e alternativas para melhorar cada vez mais,

participa de cursos que ensinam a conhecer e trabalhar com os tipos de deficiência, cria seus próprios instrumentos de trabalho, se necessário. Nesse sentido, nos reportamos a Nóvoa (1995), quando defende que os professores vivem tempos de encruzilhadas, tendo que refazer sua própria identidade e aderir a novos olhares, e reencontrar novos valores que não reneguem o que tem de mais positivo no idealismo da escola, atribuindo um sentido a ação do presente.

Em continuidade ao desenvolvimento da nossa pesquisa, indagamos, também, para as professoras da classe regular sobre o tema, ou seja, sobre as percepções a respeito de possíveis contribuições do AEE para o processo educacional inclusivo de crianças com necessidades educacionais especiais. A esse respeito, as professoras fizeram as seguintes considerações:

Sim, né? Com certeza as salas do AEE desenvolvem um trabalho muito bom que inclui essa criança na escola, na sociedade como um todo, então, realmente, essas salas são extremamente necessárias dentro do ambiente escolar (Carla, 2017).

Eu acredito, mas a minha forma de crer que ele auxilia, que ele ajuda parte do princípio de que haja, de fato, uma parceria de diálogo contínuo entre a professora regular e a professora do AEE pra que, de fato, aconteça, né? E sem falar que precisa também ter um diálogo na escola com um todo, né? Da professora especializada dialogar com a família, com supervisão escolar, porque essas parcerias elas vêm, de fato, ajudar e ofertar de modo significativo AÇÕES que ajudem no desenvolvimento e aprendizagem desses alunos (Joana, 2017).

A professora Carla é bem sucinta na sua resposta, concordando que o AEE tem contribuído para inclusão do seu aluno. Sua posição, inclusive, até nos reporta para outras falas suas, quando diz que a escola deixa a desejar, que lhe faltam muitas ajudas, falta o básico como tinta para pincel, por exemplo. Esse discurso contraditório da professora, nos leva a crer que a mesma acredita na importância e na grande força que o AEE tem, porém na prática não acontece como deveria. Essa realidade relatada nos faz indagar: seria possível existir uma verdadeira inclusão sem a garantia de condições, como mencionado pela professora?

A professora Joana já se apresenta mais coerente em todas as suas falas, pois diz que acredita na contribuição do AEE, mas que precisa ter uma mudança no sentido de todos que fazem a escola participarem do processo para que a inclusão aconteça, e que o aluno aprenda realmente.

O que percebemos é que, comparando as orientações de caráter oficial, tais como a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva

da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Resolução 04/2009 (BRASIL, 2009) com a realidade da escola investigada, identificamos que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular não tem se consolidado de forma desejável, pois a proposta de educação vigente não oferece condições satisfatórias.

Compreendemos, ainda, que se faz urgente um maior comprometimento por parte dos educadores, como também a elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais mais coerentes com as orientações das políticas educacionais inclusivas, além de garantia de formação continuada e uma maior destinação de recursos para a educação especial. Como relata Mantoan (2009, p. 151), “[...] uma escola de qualidade, que todos querem para os próprios filhos e para todos, é aquela que pratica cidadania e contempla as diferenças; [...] somente quando a inclusão se der, de fato, é que a escola regular será realmente a Escola de Todos”.

Essa transformação da escola, de acordo com as demandas do mundo atual, para atender às diversidades culturais e gerar novos conhecimentos, não é só uma exigência legal, muito menos modismo, mas sim uma responsabilidade inerente à cidadania, pois quando contemplar as diferenças se tornará uma escola de qualidade para todos e a inclusão será uma consequência natural (MANTOAN, 2009). Garantir uma educação de qualidade para todos implica, dentre outras coisas, um redimensionamento da escola no que consiste não só na aceitação, mas também na valorização das diferenças.

Indagamos, também, para as professoras da classe regular, se, em suas percepções, o atendimento oferecido no AEE contribui para o desenvolvimento dos seus alunos. Nesse sentido, elas nos deram as seguintes respostas:

Sim, com certeza, né? O trabalho que é ofertado na sala do AEE é extremamente necessário/importante na escola e contribui de forma significativa no processo de aprendizagem do aluno, né? Ela é um complemento daquilo que ele já vem recebendo dentro da sala regular (Carla, 2017).

O atendimento educacional especializado vem contribuir bastante para o meu trabalho em sala de aula, por quê? Porque na minha sala eu desenvolvo atividades ou o trabalho pedagógico em si, pra que esse aluno participe com os demais alunos, tenha parceria com esses alunos, receba as mesmas instruções e as mesmas orientações, enquanto que lá o trabalho especializado vem trabalhar essa particularidade do aluno, vem estimulá-lo pra desenvolver e a professora do AEE, geralmente ela repassa pra mim os trabalhos que estão sendo feitos com os alunos; eu vou entendendo o nível de desenvolvimento para, assim, viabilizar melhor meu trabalho pedagógico pra sala de aula, pra atender à necessidade que já está sendo, inclusive,

trabalhada lá no AEE [...]. Então, o AEE contribui BASTANTE pra isso (Joana, 2017).

Mais uma vez, a resposta da resposta da professora Carla nos leva a refletir, pois ela é bem direta ao dizer que o AEE contribui de forma significativa para a aprendizagem de seus alunos, falando que complementa o trabalho desenvolvido dentro da classe regular. Porém, em outros momentos, reclama que lhe falta ajuda para trabalhar com esse público.

A professora Joana também atribui positividade a esse trabalho, mas finaliza dizendo que pelo menos na sala de aula dela, o atendimento surte efeito, porque ela desenvolve trabalhos que ajudam esse aluno a dar continuidade ao que foi construído no AEE. Nesse sentido, Freire (1996, p. 152), aponta algo que vai ao encontro da nossa discussão, quando afirma:

É no respeito às diferenças entre mim e eles ou elas, na coerência entre o que faço e o que digo, que me encontro com eles ou elas. É na minha *disponibilidade* à realidade que construo a minha segurança, indispensável à própria disponibilidade. É impossível viver a disponibilidade à realidade sem segurança, mas é impossível também criar a segurança fora do *risco da disponibilidade*¹.

Nesse sentido, quando existe essa disponibilidade conforme Freire, o trabalho tende a ser melhor aproveitado. Cremos que ainda está faltando disponibilidade por parte de alguns professores e de muitos que fazem parte do sistema educacional. A Educação Inclusiva rompe com o modelo da Educação Tradicional, na qual não são os alunos que tem que se adaptar a um modelo de ensino pré-estabelecido, mais a escola é que deve se adaptar às necessidades e especificidades dos alunos, buscando não só a sua permanência na escola, mas também o seu máximo desenvolvimento.

Considerando que cada aluno matriculado em uma escola apresenta características próprias e mais um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio maior da escola, hoje, é trabalhar com essa diversidade na tentativa constante de construir um novo conceito do processo de ensino e aprendizagem, eliminando de vez o caráter segregacionista, incluindo nesse processo todos que dele, por direito, são sujeitos.

¹ Grifos do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pudemos analisar durante a nossa investigação, a busca pela efetivação de uma escola inclusiva ainda não foi plenamente alcançada, coincidindo com o que já foi apontado por Mantoan (2003), quando diz é preciso reestruturar as escolas urgentemente e de todas as formas possíveis.

A partir dos dados analisados pudemos compreender que a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns ainda provoca medo e preocupação nos professores, movidos pelo sentimento de incapacidade para educar esses alunos. Contudo, ressaltamos que a inclusão não deve ser pensada como uma tarefa difícil ou impossível de ser cumprida e para isso, precisamos trilhar um caminho de redescoberta para romper com as barreiras que a impedem de acontecer de fato.

Em relação objetivo abordado neste trabalho, apesar das dificuldades apontadas, segundo os posicionamentos docentes, há uma contribuição expressiva do AEE para o desenvolvimento dos alunos nele atendidos, que repercutem também no trabalho realizado nas classes regulares.

Ao longo do trabalho, verificamos que a Educação Inclusiva não é ainda uma proposta confortável para escola e para toda a sociedade, em se tratando de aceitação, mas que pode se trabalhar para a obtenção de mudanças nessa direção. Para que a inclusão ocorra efetivamente, é necessário que haja mudanças no campo da gestão escolar, nas práticas pedagógicas, no currículo e nas próprias atitudes, que ainda são discriminatórias. Só assim podemos possibilitar o acesso dos alunos com deficiência às classes regulares de ensino.

É relevante retomar que o AEE, que representa a educação especial, não pode mais substituir o ensino comum, mas complementar ou suplementar, sendo ofertado na escola regular, em todas as etapas, níveis e modalidades. Com isso, o AEE passa a ser um aliado de fundamental importância no trabalho e nas propostas educacionais inclusivas.

Os princípios da inclusão já citados por nós no decorrer de todo o trabalho, devem ser aplicados na escola e são referências para a família e a sociedade. É no entrelaçamento desses princípios que os alunos que fazem parte do público da educação especial podem se tornar pessoas autônomas, capazes de buscar as oportunidades por meio de possibilidades justas e educacionais oferecidas pela escola.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 18. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial. Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em 03 de mai. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008. Disponível em <http://www.gov.br>. Acesso em 08 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, 20 de dezembro de 1996.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: fundamentos, métodos e técnicas**. Portugal: Porto Editora, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer?** Campinas, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MITLLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Tradução de Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

ROPOLI, Edilene Aparecida; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha da C. Teixeira; MACHADO, Rosângela. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.